

CONJUNTURA

Ata do Copom reforça cautela

Após reduzir a taxa Selic para 14,75% ao ano, BC manifesta preocupação com cenário externo e com gastos públicos

» ROSANA HESSEL

Apesar de reduzir a taxa básica da economia (Selic) para 14,75% ao ano, na semana passada, o Banco Central demonstrou, na ata da reunião que decidiu pela redução, mais cautela e reforçou a preocupação com os impactos da nova guerra no Oriente Médio, em especial, na inflação, devido ao aumento “considerável” das incertezas.

No documento, divulgado ontem, o BC não deu a sinalização futura (forward guidance) sobre a decisão da próxima reunião do colegiado, no fim de abril, e nas seguintes, como na reunião anterior, de janeiro.

“A incerteza com relação ao cenário externo se elevou consideravelmente. Além do agravamento das tensões geopolíticas, novas incertezas com relação à política econômica dos Estados Unidos colaboraram para tornar esse cenário

ainda mais incerto”, destaca o documento, que retirou o trecho em que deixava a sinalização para a reunião seguinte, diante da indefinição sobre o fim do conflito no Oriente Médio.

Na semana passada, o Copom decidiu, por unanimidade, reduzir a taxa Selic em 0,25 ponto percentual. Foi a primeira redução nos juros básicos desde maio de 2024, mas a autoridade monetária piorou as projeções para a inflação deste ano.

As novas projeções do cenário de referência do BC indicam a inflação oficial medida pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em 3,9% no acumulado de 2026, acima da registrada na ata da reunião anterior, de 3,4%. E, para o terceiro trimestre de 2027, atual horizonte relevante de política monetária, a perspectiva subiu de 3,2% para 3,3%.

“Após debater alterações no balanço de riscos, o Comitê julgou apropriado seguir com serenidade

e reunir mais informações ao longo do tempo, em função da incerteza elevada em relação à evolução de seus elementos”, destacou o documento, ao justificar a decisão.

Despesas públicas

O Banco Central também manteve a preocupação com o impacto da política fiscal, “majoritariamente por meio de estímulo à demanda agregada, e uma dimensão mais estrutural, que tem potencial de afetar a percepção sobre a sustentabilidade da dívida e impactar o prêmio a termo da curva de juros”. Além disso, reforçou a preocupação com o equilíbrio entre a política fiscal e a monetária, a fim de colaborar para a redução do prêmio de risco favorece a convergência da inflação à meta.

“O Comitê manteve a visão de que o esmorecimento no esforço de reformas estruturais e disciplina fiscal, o aumento de crédito direcionado e as incertezas sobre a estabilização da dívida pública têm o potencial de elevar a taxa de juros neutra da economia, com impactos deletérios sobre a potência da política monetária e, consequentemente, sobre o custo de desinflação em termos de atividade”, destacou o texto.

O economista-chefe da Lev Intelligence, Jason Vieira, avaliou que o comunicado do BC foi bastante

cauteloso. “A ata do Copom reforçou uma comunicação claramente cautelosa, destacando que o início do processo de redução da Selic representa uma calibração da política monetária ainda em terreno contracionista”, afirmou. Ele lembrou que o Comitê enfatizou o aumento da incerteza global, “especialmente após a escalada do conflito no Oriente Médio, e reforçou que o processo de flexibilização dependerá da evolução das expectativas de inflação e da atividade econômica”.

A economista-chefe do UBS, Solange Srour, destacou que, na ata, chama atenção, ainda, o fato de que a comunicação do Comitê não parece contemplar, neste momento, a possibilidade de uma pausa no ciclo, nem mesmo como alternativa condicional. “A forma como a decisão e a sinalização foram estruturadas sugere que o Banco Central não trabalha hoje com esse cenário, tampouco deixou espaço explícito para esse tipo de dúvida”, destacou, em relatório a clientes.

“De forma geral, a ata preserva um tom de serenidade e continuidade, o que é compreensível do ponto de vista de uma tentativa de manter a comunicação compatível com um cenário incerto. Ainda assim, nossa leitura sugere que o ambiente atual exige um grau ainda maior de prudência analítica”, acrescentou ela.

Diogo Zacarias/MF



Ceron afirmou que a execução do Orçamento será “dentro da normalidade”

Deficit pode ser de R\$ 59 bi

No primeiro relatório de avaliação de receitas e despesas de 2026, a equipe econômica aumentou de R\$ 22,9 bilhões para R\$ 59,8 bilhões a previsão do déficit primário das contas do governo central deste ano. A rubrica inclui Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central.

Ainda assim, fez um ajuste modesto no processo de execução do Orçamento, que resultou em um bloqueio de apenas R\$ 1,6 bilhão nos gastos. A equipe econômica aumentou em R\$ 2,6 bilhões, no relatório, a previsão de despesas obrigatórias.

A meta fiscal deste ano determina que o governo federal entregue um superávit primário (economia para o pagamento dos juros da dívida pública) de até R\$ 34,3 bilhões. Para cumprir esse objetivo previsto no arcabouço fiscal, os técnicos da equipe econômica também ampliaram os abatimentos de despesas na regra, como precatórios (dívidas judiciais que não cabem recursos), em R\$ 5,5 bilhões.

Com isso, o volume de descontos no cálculo da meta passou de R\$ 57,8 bilhões, previstos inicialmente na LOA, para R\$ 63,4 bilhões, no relatório bimestral divulgado hoje. Com isso, o resultado fiscal deste ano deverá ficar próximo ao piso da meta, com um saldo positivo de apenas R\$ 3,5 bilhões. Na LOA de 2026, o resultado primário previsto inicialmente

era de um superávit de R\$ 34,9 bilhões, levemente acima do centro da meta fiscal.

Receita menor

Vale lembrar que, apesar do aumento na arrecadação federal, a receita primária prevista para este ano ficou R\$ 600 milhões abaixo do previsto na LOA. Enquanto isso, as estimativas para as despesas aumentaram R\$ 23,3 bilhões no primeiro relatório bimestral, explicando, em parte, o aumento da previsão do rombo fiscal em um ano eleitoral, quando, tradicionalmente, os governos colocam a máquina pública gastando a pleno vapor.

Em entrevista coletiva para detalhar os números, o secretário-Executivo do ministério da Fazenda, Rogério Ceron (ex-Tesouro) negou que o governo tenha voltado a perseguir o piso da meta em vez do centro. Ele assegurou que a execução vai ser dentro “de um padrão de normalidade”, e, inclusive, alegou que o aumento da previsão de déficit primário está relacionado com ano eleitoral.

“O nosso rito de execução permanece o mesmo. Não há nenhuma razão para preocupação nesse cenário. O relatório reforça o compromisso e criando um horizonte sem um agravamento de execução (no Orçamento)”, afirmou o novo número 2 da Fazenda. (RH)



Ceilândia em movimento

Cultura

Identidade

Economia de futuro

31

de

MARÇO

a partir das 08h30

Auditório do Correio Braziliense



Inscrições gratuitas

Acompanhe o evento presencialmente

Ceilândia nasceu como um território de acolhimento para milhares de trabalhadores que vieram construir Brasília. Mais de cinco décadas depois, a região se transformou em um dos maiores pólos urbanos do Distrito Federal. Para discutir e celebrar os seus aspectos econômicos, sustentáveis e culturais, o Correio Braziliense promoverá o evento "Ceilândia em Movimento".

CONFIRMADOS:



Dilson Resende de Almeida
administrador regional de Ceilândia



Eduardo Lima
presidente da Associação Comercial de Ceilândia (ACIC)



José Aparecido Freire
presidente da Federação do Comércio de Bens e Serviços e Turismo do Distrito Federal (Fecomércio-DF)



Max Maciel
deputado distrital, pedagogo e ativista social



Rivas Alibi
co-fundador da Casa do Hip-Hop de Ceilândia DJ Jamaica



Thânisia Cruz
mestre em Políticas Públicas e Sistemas Educacionais, produtora e integrante do Comitê da Marcha das Mulheres Negras do Distrito Federal

Realização:



Promoção:

